

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.840 - RJ (2019/0251826-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : JOCARSIL LOCACAO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E
CONTEINER EIRELI
ADVOGADOS : GUSTAVO FERREIRA DE CASTRO - RJ133258
THALES BRUM LEITE - RJ167696
LUIZ FELIPE GOBBE DE NOVAES OLIVEIRA - RJ169328
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RICARDO LOPES GODOY - MG077167
RICARDO LOPES GODOY E OUTRO(S) - RJ174531

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.017, § 5º, DO CPC/2015 CONSTATADA. AUTOS ELETRÔNICOS. DISPENSA DAS PEÇAS PREVISTAS NO ART. 1.017, I E II, DO CPC/2015. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE SUSPEIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF.

1. Hipótese em que a Corte local entendeu que o recurso de agravo de instrumento não foi adequadamente instruído, tendo em vista a ausência das peças previstas no art. 1.017, I, do CPC/2015. Além disso, consignou que a regra insculpida no art. 1.017, § 5º, revela-se como mera faculdade do magistrado, motivo pelo qual não conheceu do recurso.

2. No caso ora em apreço, verifica-se que, de fato, a parte recorrente deixou de instruir o instrumento de agravo com as peças elencadas no inciso I do art. 1.017 do CPC/2015, pois o § 5º do mesmo artigo dispensa a apresentação de tais peças na hipótese em que o feito tramite de forma eletrônica, como na hipótese.

3. Nota-se que não há na letra da lei qualquer indicação no sentido de que cabe ao julgador decidir se será ou não dispensada a apresentação de peças no caso de o processo ser eletrônico. Muito pelo contrário. A norma é suficientemente clara ao afirmar que "Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput...".

4. Por uma simples interpretação literal ou gramatical, é possível extrair um único sentido da norma: uma vez verificado que os autos tramitam eletronicamente, está dispensada a juntada das peças previstas no art. 1.017, I e II, do CPC/2015, não havendo, espaço para dali se extrair outros sentidos, com ressalva a análises conjunturais relacionadas a eventuais dificuldades de acesso aos sistemas de informática do

Tribunal, o que não é o caso dos autos.

5. O Sodalício estadual não andou bem ao afirmar que a dispensa da apresentação das peças encerraria uma faculdade do julgador, pois tal modo de interpretar a norma pode gerar intensa insegurança jurídica, trazendo imprevisibilidade e indesejável desequilíbrio na aplicação da norma jurídica.

6. No tocante à questão da aventada suspeição os magistrados que julgaram o caso, nota-se que a parte recorrente teceu considerações sobre sua pretensão sem apontar qualquer dispositivo de lei que teria sido violado. Dessa forma, sendo o presente apelo um recurso de fundamentação vinculada, deve incidir o óbice da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por JOCARSIL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E CONTÊINER LTDA. - EPP com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado:

Agravo Instrumental. Embargos à Execução.
Deficiência na instrução. Advertência ao agravante que a desprezou.
Recurso não conhecido.

Nas razões do recurso especial (fls. 49-57), o recorrente alega, em síntese, violação do art. 1.017, § 5º, do CPC/2015, sob o argumento de que, no caso de autos eletrônicos, como na hipótese, é dispensada a apresentação das peças descritas nos incisos I e II do referido dispositivo legal.

Acrescenta que "Não trata-se de possibilidade do juízo deixar de exigir a juntada das referidas peças processuais, mas sim de direito da parte em não juntar as peças, pelo simples motivo de que as peças podem ser consultadas pelo juízo por se tratar de processo eletrônico e que está vinculado ao agravo de instrumento".

Adiante, afirma que, em caso de provimento do recurso, deve ser determinada a redistribuição do recurso à órgão julgador diverso do prolator do acórdão recorrido, "...tendo em vista que a câmara cível pode não proferir julgamento com a isenção

necessária e exigida para o presente caso, isso porque não teve condições de rever sequer o seu ato, demonstrando abuso de autoridade e arbitrariedade, pois está a exigir condições extra legais para julgar o mérito do recurso do recorrente".

Contrarrazões às fls. 63-68.

É o relatório.

DECIDO.

2. O Tribunal de origem, ao analisar o agravo de instrumento lá interposto, fez as seguintes considerações (fl. 39):

(...)

6. O presente recurso não merece ser conhecido.

7. Com efeito, com ele não vieram as peças mencionadas no art. 1.017, I do CPC, cuja redação é imperativa.

8. Trata-se assim de recurso manifestamente inadmissível, por deficiência de instrução;

9. Não se argumente com o § 5º do art. 1.017 do CPC, pois ali encerra-se uma faculdade.

10. Ao agravante foi concedida a oportunidade de instruir corretamente o recurso, e a desprezou.

Observa-se que a Corte local entendeu que o recurso não foi adequadamente instruído, tendo em vista a ausência das peças previstas no art. 1.017, I, do CPC/2015.

Além disso, consignou que a regra insculpida no art. 1.017, § 5º, revela-se como mera faculdade do magistrado, motivo pelo qual não conheceu do recurso.

Pois bem. No caso ora em apreço, verifico que, de fato, a parte recorrente deixou de instruir o instrumento de agravo com as peças elencadas no inciso I do art. 1.017 do CPC/2015, pois o § 5º do mesmo artigo dispensa a apresentação de tais peças na hipótese em que o feito tramite de forma eletrônica.

A propósito, convém colacionar o teor das normas ora em análise:

Art. 1.017. A petição de agravo de instrumento será instruída:

I - obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

II - com declaração de inexistência de qualquer dos documentos referidos no inciso I, feita pelo advogado do agravante, sob pena de sua responsabilidade pessoal;

(...)

§ 5º Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia.

Nota-se que não há na letra da lei qualquer indicação no sentido de que cabe ao julgador decidir se será ou não dispensada a apresentação de peças no caso de o processo ser eletrônico.

Muito pelo contrário. A norma é suficientemente clara ao afirmar que, "Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput...".

Por uma simples interpretação literal ou gramatical, é possível extrair um único sentido da norma: uma vez verificado que os autos tramitam eletronicamente, está dispensada a juntada das peças previstas no art. 1.017, I e II, do CPC/2015, não havendo, a meu sentir, espaço para dali se extrair outros sentidos, com ressalva a análises conjunturais relacionadas a eventuais dificuldades de acesso aos sistemas de informática do Tribunal, o que não é o caso dos autos.

Este Tribunal, ao julgar caso análogo, manifestou-se no sentido de que "A razão de ser da norma em comento, como visto, está no fato de que, tramitando na forma eletrônica, o Tribunal ao qual o agravo de instrumento é dirigido poderá consultar o inteiro teor do processo originário, daí decorrendo a desnecessidade de se juntar peças às quais o órgão *ad quem* já tem pleno acesso" (REsp 1.643.956/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 09/05/2017, DJe 22/05/2017).

Compulsando os autos, verifico que o feito tramita eletronicamente desde o primeiro grau, situação o que leva ao acionamento da regra insculpida no art. 1.017, § 5º, do CPC/2015, devendo ser dispensada a formação do instrumento com as peças previstas nos incisos I e II do mesmo artigo.

Ressalto que o Sodalício estadual não andou bem ao afirmar que a dispensa da apresentação das peças encerraria uma faculdade do julgador, pois tal modo de interpretar a norma pode gerar intensa insegurança jurídica, trazendo imprevisibilidade e indesejável desequilíbrio na aplicação da norma jurídica.

Por tais motivos, o acórdão recorrido deve ser reformado, para que seja aplicado o comando normativo previsto no art. 1.017, § 5º, do CPC/2015, dispensando-se a juntada das peças arroladas nos incisos I e II do aludido dispositivo legal.

3. Por fim, no tocante ao pedido de que sejam os autos direcionados à Câmara diversa daquela que prolatou o acórdão recorrido, diante da suspeição de seus membros, afirmo que a pretensão não prospera.

Isso porque, considerando que o recurso especial tem como escopo a defesa da higidez do direito objetivo e a unificação da jurisprudência em matéria infraconstitucional, é imprescindível que a parte recorrente exponha os dispositivos legais que teriam sido violados pela instância de origem.

No caso, nota-se que a parte recorrente teceu considerações sobre sua pretensão sem apontar qualquer dispositivo de lei que teria sido violado. Dessa forma, sendo o presente apelo de um recurso de fundamentação vinculada, deve incidir o óbice da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO MAL EXECUTADO. REEXAME DE PROVA. VALOR DO DANO MORAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO.

(...)

2. Não se conhece do recurso especial quando a deficiência de sua fundamentação impedir a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284 do STF).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 843.786/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017)

Mesmo que superado o apontado obstáculo, melhor sorte não assistiria à parte recorrente, pois o simples fato de o órgão julgador ter adotado tese desfavorável às pretensões da insurgente não é motivo suficiente para reconhecimento da suspeição, não havendo, *in caso*, qualquer razão que se enquadre nas hipóteses de suspeição previstas na legislação processual.

4. Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, dou-lhe provimento para, reformando o acórdão recorrido, reconhecer a violação do art. 1.017, § 5º, do CPC/2015 e determinar a dispensa da apresentação das peças arroladas nos incisos I e II do aludido dispositivo legal, por se tratar de autos eletrônicos, devendo o Tribunal *a quo* conhecer do agravo de instrumento, salvo se por outro motivo o recurso não merecer admissão.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator